



Carta Pastoral sobre os Sacramentos

Colégio Episcopal

Colégio Episcopal

CORTESIA
SEDE NACIONAL
DA IGREJA METODISTA



Carta Pastoral sobre os Sacramentos



Editora Cedro

Carta Pastoral sobre os Sacramentos

Colégio Episcopal da Igreja Metodista
Biblioteca Vida e Missão, Pastorais, nº 8

1ª edição – novembro de 2001 – 2.500 exemplares

Colégio Episcopal

Paulo Tarso de Oliveira Lockmann – Presidente
João Alves de Oliveira Filho – Vice-Presidente
João Carlos Lopes – Secretário
Adolfo Evaristo de Souza
Adriel de Souza Maia
Josué Adam Lazier
Rozalino Domingos

Câmara Editorial

Ana Cláudia Braun Endo
José Pontes Sobrinho – Expansão Missionária
Keila da Silva Guimarães – Ação Social
Luiz Carlos Escobar – Ação Administrativa
Stanley da Silva Moraes – Ação Docente

Assessora Nacional de Comunicação

Hideíde Brito Torres

Sede Nacional da Igreja Metodista

Avenida Piassanguaba, 3031
Planalto Paulista – 04060-004 – São Paulo – SP
Fone: (11) 5585-0032 – Fax: (11) 5594-3328
www.metodista.org.br – sede.nacional@metodista.org.br



*Produzido pela Editora Cedro
sob licença da Igreja Metodista*
www.editoracedro.com.br

Assistente Editorial

Júlia Torres

Revisão

Evandro César da Silva

Capa & Editoração

Arthur Esteves Balestero

Foto da Capa

Hideíde Brito Torres

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
BATISMO	
BATISMO: O MOMENTO DA IGREJA	07
NOVA VISÃO BÍBLICA E TEOLÓGICA	09
SOBRE A PRÁTICA DO BATISMO NA BÍBLIA	11
SOBRE O BATISMO DE CRIANÇAS	15
SOBRE A FORMA DO BATISMO	17
O METODISMO E SUA PRÁTICA À LUZ DA TRADIÇÃO DA REFORMA	21
A RESPONSABILIDADE DOS PAIS E DA IGREJA PARA COM AS CRIANÇAS	23
CEIA DO SENHOR	
DA CEIA DO SENHOR	25
<i>O alimento: refeição comunitária</i>	25
DA COMPREENSÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA	29
<i>O sentido para quem come</i>	29
<i>O sentido para o convite</i>	31
<i>O sentido para o repartir</i>	33
DOS COSTUMES NA VIDA DA IGREJA	35
<i>Prática de partilha e solidariedade</i>	35
ORIENTAÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO	37

APRESENTAÇÃO

Temos em nossas mãos a Carta Pastoral sobre Sacramentos como uma forma de orientação para a Igreja Metodista.

Esta carta pastoral é uma pauta que deverá ser lida, estudada e refletida por todo povo metodista, em nosso país, vivenciando-a, na dinâmica da prática batismal e da comunhão eucarística, como verdadeiras marcas de nosso compromisso com a missão divina.

O Colégio Episcopal, no pleno exercício de sua competência, e em nome do Deus Trino, tenciona abrir espaços para harmonização e unidade da prática pastoral às igrejas locais, tendo em vista a necessidade de focalizar a importância do Batismo e da Santa Ceia no contexto da fé evangélica.

A linguagem desta mensagem pastoral é simples, compreensível e, outrossim, fundamenta-se no texto da Palavra de Deus, que é de suma importância, bem como na tradição histórica do Metodismo e da Reforma.

Uma acolhida sincera a este documento constitui um elemento que abrirá mais espaços para unidade e comunhão nos arraiais de nossa igreja. Este documento foi elaborado em nome de Deus, em clima de oração e movido pela urgência de nosso compromisso missionário.

Que Deus, em sua infinita bondade e misericórdia, ilumine o povo metodista e de nosso país, em todas as suas formas e práticas ministeriais.

Colégio Episcopal da Igreja Metodista

BATISMO

O MOMENTO DA IGREJA

A presente Carta Pastoral busca analisar e aprofundar orientações já dadas pelo Colégio Episcopal à Igreja Metodista no Brasil. Nossa necessidade de refletir sobre o assunto deve-se a que, na dinâmica da vida e missão da Igreja, novas práticas têm surgido quanto ao Batismo. Algumas inovações entendemos como válidas e fruto do soprar do Espírito Santo na vida da Igreja, outras consideramos radicalismo e vanguardismo que carecem de base bíblica. Estas, ao invés de serem práticas renovadoras surgidas na dinâmica da própria comunidade são, na verdade, cópia de outros grupos, quando não, imposição de algum líder menos consciente de seu papel e autoridade.

O Batismo substituiu, na nova aliança em Cristo, o sinal de pacto com Deus que a circuncisão representou no Antigo Testamento: “Nele também fostes circuncidados, não por intermédio de mãos, mas no despojamento do corpo da carne, que é a circuncisão de Cristo; tendo sido sepultados juntamente como Ele no Batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos” (Cl 2.11-12).

Queremos discorrer, de modo breve, sobre a questão do batismo infantil e da questão da forma do batismo. Demos-nos ao trabalho de preparar este estudo porque há os que não colocam tal ênfase sobre a validade do Batismo, deslocando o centro de Cristo para um rito e causando confusão na mente e no coração de muitos que não têm acesso a fontes de estudo em questão. Acabam induzindo pessoas a se rebatizarem, o que consiste numa grande heresia, por negar a graça operante no primeiro batismo. Pensemos como Stanley Jones: “Nada é essencial senão Deus, e para encontrá-lo não carecemos de ritos nem cerimônias” (O Cristo de todos os Caminhos, p.143).

A Igreja Metodista estabelece em seus documentos (Cânones) que “o Batismo é sinal visível da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual nos tornamos participantes da comunhão do Espírito Santo e herdeiros da vida eterna”. Também cremos que “o Batismo é com água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, com aspensão (aplicação de água com a mão sobre a cabeça do batizando), derramamento (com ambas as mãos, derrama-se água sobre a cabeça do batizando, estando este, geralmente, com parte do corpo dentro da água) e imersão (o batizando é submergido na água). A Igreja Metodista, embora comumente pratique a aspensão, reconhece como igualmente válido o Batismo por derramamento ou por imersão”.

Cabe ressaltar que nós somos uma Igreja de Governo Episcopal, portanto, no que diz respeito à pastoral e doutrina, cabe aos Bispos e Bispas orientar aos pastores e pastoras para que estes orientem as igrejas. Esta carta visa a atender esta responsabilidade.

NOVA VISÃO BÍBLICA E TEOLÓGICA

*O uso do texto bíblico para comprovar uma
ou outra tendência sobre temas conflitivos
sobre o batismo é sempre perigoso*

Infelizmente usamos a Bíblia para brigar e não para promover a paz. No entanto, compete à comunidade metodista, povo de coração aquecido e mente esclarecida, avaliar com cuidado a sua vida de testemunho da fé em Jesus Cristo.

A seguir apresentamos algumas refutações às críticas que membros da Igreja Metodista vêm sofrendo por parte de cristãos de outras denominações. Por outro lado instamos a todos, líderes e membros em geral, a uma reflexão sobre sua prática individual e comunitária, agindo com sabedoria e não deixando-se conduzir por qualquer argumento em virtude de sua ingenuidade e falta de conhecimento.

SOBRE A PRÁTICA DO BATISMO NA BÍBLIA

Consideremos o Batismo no quadro da prática na tradição do judaísmo. Cabe dizer que foi uma prática aplicada mais freqüentemente ao prosélito, ou seja, um pagão convertido ao judaísmo

É sabido que o uso da água como ritual de purificação de pecado já era conhecido na própria tradição da Torah, conforme pode-se encontrar em Levíticos. Sobre o dia da expiação fala-se que o sacerdote, após realizar a expiação por si mesmo, pelo altar, pelo povo, deveria despir-se e banhar-se no lugar santo, só então oferecer o holocausto perante Deus, pois ele e o povo já fizeram seu sacrifício pelo pecado, e ele, ao banhar-se, simbolizava sua purificação e a do seu povo, podendo então oferecer o holocausto diante de Deus (Lv 16.15-28).

Mais tarde, durante o exílio babilônico, torna a aparecer o conceito de água e purificação. O profeta Ezequiel recorda a origem de Jerusalém, cidade de origem gentílica, e que ao nascer não foi lavada com água para a sua purificação (Ez 16.4). No capítulo 36, versículo 25, é usada então a aspersão

com água para símbolo de restauração diante do pecado, indicando como ritual de passagem da vida no pecado e idolatria para uma vida com Deus. Neste quadro de Ezequiel é incluso o batismo de aspersão com água oferecido a todos: homens, mulheres e crianças. Em nenhuma hipótese é excluído qualquer membro da comunidade e isto era absolutamente impossível, já que numa família restaurada, purificada, não se admitiria um membro impuro, pelo risco de contaminar de novo a todos. As crianças passaram pelos rituais de consagração e purificação, a começar pela circuncisão.

No Antigo Testamento, a idéia de purificação foi sempre marcada por um banho. Assim, não é absurdo que mais tarde, já no período pós-exílico, quando se intensificou o movimento de proselitismo entre os judeus, fazia-se três exigências ao iniciado na fé judaica: a circuncisão; o banho ritual (batismo); a oferta de sacrifício. É interessante ver o que diz o Talmud (tratado teológico escrito pelos rabinos, principalmente explicando e regulamentando a Lei do Pentateuco): “Eles têm o costume de batizar esse prosélito na infância, baseando na profissão de fé da casa de julgamento, porque isso é para o seu bem”. Adiante, o Talmud orienta sobre a idade da criança a ser batizada: “qualquer filho de prosélito que tiver menos de doze anos e um dia de idade será batizado com a autorização do pai, ou sob a autoridade da sinagoga”.

O Batismo no judaísmo pós-exílico foi fundamental para as práticas cristãs em termos de influência. A prática de João Batista teve como base este período. Com João Batista (Mc 1.5) toda a província da Judéia e habitantes de Jerusalém saíam a ter com ele. A experiência do pecado e do sacrifício e perdão era algo comunitário, onde todos eram convidados a participar, inclusive famílias inteiras iam buscar reconciliação com Deus, sendo todos batizados, homens e mulheres.

No tempo das primeiras comunidades cristãs, vários textos mostram que os convertidos levavam sua família para ingressarem juntos na fé em Cristo. Vejamos alguns exemplos: em Atos 16.15, Lídia, ao se converter, foi batizada, ela e “toda a sua casa”; em Atos 16.33 o carcereiro se converte e o texto diz que foi ele “batizado e todos os seus”; na igreja em Corinto (1Co 1.16), Estéfanes e sua casa foram batizados por Paulo, assim como Crispo, o chefe da Sinagoga de Corinto, foi batizado com toda sua família (At 18.8).

SOBRE O BATISMO DE CRIANÇAS

*A Igreja Metodista, à semelhança
das primeiras comunidades cristãs,
batiza crianças*

Reconhecemos que as Igrejas evangélicas que praticam o Batismo Infantil, como nós metodistas, são em menor número, por isso reconhecemos que os membros de nossas igrejas recebem uma pressão muito grande, no sentido de não batizarem seus filhos, por parte de outros evangélicos com os quais convivem diariamente.

O argumento mais utilizado é que as crianças não podem exercer uma fé pessoal em Jesus Cristo, aceitando-o como Senhor e Salvador, e por isso não devem ser batizadas. O principal texto bíblico usado é o que diz: “O que crer e for batizado será salvo; mas o que não crer será condenado” (Mc 16.16). Se observarmos o contexto desta passagem, considerando os versículos que antecedem e os que seguem, perceberemos que Jesus está se referindo a adultos que ouvem, entendem e rejeitam o Evangelho. Este texto não deve ser aplicado à compreensão da prática do Batismo Infantil, mas à incredulidade e dureza do coração dos adultos que ouviram os discípulos mas não creram.

Na Bíblia, encontramos no testemunho do Evangelho de Marcos, ou nos demais Evangelhos Sinóticos (Mateus e Lucas): “Então lhe trouxeram algumas crianças para que as tocasse, mas os discípulos os repreendiam. Jesus, porém, vendo isto, indignou-se e disse-lhes: Deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis porque dos tais é o Reino de Deus. Em verdade vos digo: Quem não receber o Reino de Deus como uma criança, de maneira nenhuma entrará nele. Então, tomando-as nos braços e impondo-lhes as mãos, as abençoava” (Mc 10.13-16).

Neste texto Jesus afirma que as crianças são membros do Reino de Deus e, além disto, padrão para ingresso no Reino de Deus. A criança já entrou na nossa frente no Reino, sobre este parâmetro foi que Jesus deu também um sentido e dimensão escatológica à criança: “E qualquer que receber, em meu nome, uma criança tal como esta, a mim me recebe”.

Em face a esta evidência cabe a pergunta semelhante à que Pedro fez aos seus companheiros na casa de Cornélio: “Porventura pode alguém recusar a água, para que sejam batizados estes que, assim como nós, receberam o Espírito Santo?” (At 10.47). Em cima da lógica de Pedro, ou seja, como negar o símbolo que é o batismo com água, àqueles a quem Deus já deu a essência que era o próprio Batismo com Espírito Santo? Sobre isto nós perguntamos: como negar o Batismo às crianças quando Jesus, o Senhor da Igreja, declara que delas é o Reino, ora, não é o Batismo um ritual simbólico de iniciação na comunidade do Reino de Deus: a Igreja?

Sendo assim, que direito nós, os adultos, temos de impedir o acesso de uma criança ao Batismo, quando Jesus a declara como membro natural do Reino de Deus?

SOBRE A FORMA DO BATISMO

“A Igreja Metodista reconhece como válido o batismo por aspersão, por derramamento e por imersão, conforme as disposições canônicas. O pastor e a pastora metodistas celebrarão usualmente por aspersão o batismo conferido a crianças e a adultos.”

Baseados no sentido da palavra grega “baptizo”, conforme o seu uso no grego clássico, que quer dizer “imersão”, ignorando o sentido que tinha no tempo de Jesus, os imersionalistas buscam argumentos bíblicos para sustentar sua posição.

Argumentam que a narrativa do Batismo de Jesus (Mt 3.16 e Mc 1.9-10), que diz “no rio Jordão” e “ao sair da água”, indica que o batismo foi imersão. Se admitirmos a veracidade desta interpretação poderíamos, usando esta forma de argumentar, deduzir que tanto o batizando como o oficiante deveriam, ambos, imergirem, tomando por base o relato do Batismo do eunuco por Felipe em Atos 8.38, pois o texto diz claramente que “ambos desceram às águas” e que “ambos saíram das águas”. Se isto quer dizer que o eunuco foi mer-

gulhado, também Filipe mergulhou (ambos fizeram a mesma coisa!). E, coerentemente, será necessário que cada vez que o oficiante celebrar um batismo, precisará também imergir, mergulhar. Mas não parece que o argumento “desceram” e “saíram” seja ponderável à favor da imersão.

A força deste argumento à favor da imersão como forma absoluta de batismo está na insistência no sentido do termo grego clássico. Mas onde na Bíblia encontramos indício qualquer de que o uso do termo tenha o sentido clássico, e não um novo sentido? A insistência no sentido clássico é falha porque é amplamente conhecido o fato de que as palavras assumem diferentes sentidos conforme o uso e o contexto.

Assim, vemos que o uso judeu de “baptizo” tem um sentido diferente quando usado em Lucas 11.37-39 que faz referência à lavagem cerimonial das mãos e dos pés. O mesmo pode-se dizer da narrativa de Marcos 7.1-7 com referência à lavagem de copos, jarros e vasos no versículo 4. Ora, lavar e mergulhar são coisas bem distintas.

Em 1 Coríntios 10.2, Paulo descreve a passagem dos filhos de Israel pelo mar como sendo um batismo na nuvem e no mar. Mas, quando lemos a passagem em Êxodo 14.19-29, deparamos com o fato de que eles não foram envolvidos pela nuvem, que “passou para trás deles” (versículo 19) e de pés “enxutos” (versículos 29). Assim, foram batizados passando pelo mar “de pé enxuto”. É evidente que o uso bíblico da palavra “baptizo” aqui não tem sentido de imergir. Aliás, os únicos que foram imersos foram soldados do Faraó do Egito, que pereceram no mar.

Tememos por homens e mulheres que põe de lado a salvação gratuita que vem pela fé em Cristo e se voltam ao estilo dos fariseus para “batismo nas águas”. A ordem do Senhor Jesus é batizar em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, a forma física do rito (derramamento, imersão ou aspensão) não foi descrita na ordem de Jesus.

Sendo o Batismo um símbolo de purificação do pecado, pelo sangue de Cristo, era muito simples para os judeus entenderem a prática da “aspersão no Batismo”, pois estavam acostumados à cerimônia de purificação pela aspersão de água (Jo 2.6). Assim como no dia de Pentecostes quando foram batizados em Jerusalém 3000 pessoas, numa região onde a água era escassa e proveniente de poços, com certeza estes foram batizados por aspersão ou ablução (ritual de purificação).

Quando, no século III alguém levantou a questão da validade do Batismo por aspersão, Cipriano, líder da Igreja cristã, na sua LXXV Epístola, declara que a ordenança administrada desta forma é perfeitamente válida e cita em sustento desta sua posição vários textos do Antigo Testamento que falam de ritos de purificação pela aspersão de água: Ezequiel 36.25-26; Números 19.8,9,12,13. Assim argumenta Cipriano:

“Perguntais o que julgo daqueles que obtém a graça em tempo de enfermidade e fraqueza, se tais devem ser considerados como cristãos legítimos, pois não foram completamente banhados com a água da salvação, mas só receberam uma pequena quantidade dela derramada sobre eles. Em tal assunto eu usaria tanta modéstia e humildade que não prescreveria positivamente, mas deixaria a cada um a liberdade de pensar e fazer o que achasse melhor. De acordo com o melhor da minha humilde capacidade, penso assim: que os favores divinos não são diminuídos ou enfraquecidos por terem tais doentes somente a afusão (ato de derramar um líquido) ou aspersão quando receberam a graça do Senhor, quando, como dizem as Escrituras Santas pelo profeta Ezequiel: ‘então aspergirei água pura sobre vós e ficareis puros’. E não penseis tais, se recuperarem a saúde, que necessitam ser batizados de novo. Porque se lava a mancha do pecado, como se lava a mancha do corpo num banho físico, externo, com necessidade de nitro e um poço em que o corpo pode ser

lavado ou purificado. O coração do crente lava-se de um modo muito diferente: de maneira mui semelhante a mente do homem é purificada do pecado pelo mérito da fé” (Relato de E. B. Fairfield em “Cartas sobre o Batismo”, p. 91-92).

Assim, reafirmamos o que João Wesley diz sobre o assunto: “...pela lavagem, imersão ou aspersão, porque a Escritura não determina qual destes meios ser usados, quer por preceito expresso, quer por um exemplo claro que o provê, quer ainda pela força ou pelo significado da palavra batizar...” (Coletânea da Teologia de João Wesley, p.273).

O METODISMO E SUA PRÁTICA À LUZ DA TRADIÇÃO DA REFORMA

Lutero apresentou sua doutrina dos sacramentos em diversos escritos, principalmente no chamado Cativeiro Babilônico da Igreja e nos Catecismos Maior e Menor. Para ele, o Batismo é o grande testemunho da Salvação pela Graça

Com uma linguagem simples e didática Lutero recomenda que ao povo simples dever-se-ia ensinar que tanto a história quanto a experiência revelam que Deus aprova o Batismo de criança já que o Espírito Santo não foi retido, há muito receberam o sacramento já na meninice. Aos doutos, segundo ele, é preciso esclarecer que não é a fé que confere eficácia ao ato batismal e sim a Palavra de Deus. Em outras palavras, o Batismo de crianças assenta-se exclusivamente na ordem de Deus. O reformador opõe-se aos entusiastas que condicionam a eficácia batismal à fé e argumenta: "...se eu não creio, segue-se que Cristo nada é...", neste sentido ele antepõe a própria fé, a revelação de Deus em Cristo e a graça

nele revelada, sem as quais não haveria no que se crer, e o batismo é um sinal visível da graça de Deus. Em suma, Lutero não somente incorpora a tradição cristã primitiva do Batismo Infantil, como critica os adversários do Batismo de crianças.

João Wesley se inseriu na mesma tradição, para ele o Batismo de criança está em perfeita concordância com o Novo Testamento. Aliás, ele acreditava que a palavra neo-testamentária “casa”, certamente incluía crianças pequenas, como também julgava difícil supor que “os judeus que estavam acostumados a circundar a seus filhos, não os dedicassem agora a Deus pelo batismo” (Notas sobre Atos 16.15). Wesley estava consciente de que é Deus quem inicia a obra de regeneração em nosso coração (primazia da graça), porém reconhecia que o seu propósito se cumpria plenamente quando lhe respondemos positivamente por meio do novo nascimento. Por isso, a Igreja Metodista, ancorada nesta tradição, reconhece a prática do Batismo Infantil como expressão de sua fidelidade, a que deseja que todos sejam salvos e o afirma categoricamente em seus documentos.

O Colégio Episcopal orienta a todos os pastores, pastoras e seus membros a darem a primazia. Essa graça é que confere mérito e dá autenticidade ao Batismo e à vida cristã. “Pela graça sois salvos por meio da fé, isto não vem de vós é dom de Deus” (Ef 2.9). A própria fé é dom de Deus e neste sentido somos chamados a confiar não nas formas do Batismo, mas no mérito da Graça conferida por Cristo. A criança é batizada por um ato de fé na graça divina e no acatamento dado por Jesus aos pequeninos. É claro que como testemunhas e responsáveis pela criança devemos cooperar com Deus para que a semente da graça inserida na criança possa produzir o seu fruto no momento de uma experiência pessoal com Cristo, por meio do ato da confirmação batismal e do testemunho do Espírito Santo, como sinal de conversão plena e consciente ao Senhor da Graça.

A RESPONSABILIDADE DOS PAIS E DA IGREJA PARA COM AS CRIANÇAS

A Bíblia está permeada de textos que afirmam a responsabilidade dos pais e da sociedade em relação ao futuro das crianças. Isso é evidente inclusive na nossa lei civil

Cuidamos da saúde, educação, formação escolar, educação religiosa das crianças. Por que não as levamos ao altar de Deus para um pacto como o Batismo? Assim faziam os judeus; não era membro do povo de Deus quem não trouxesse na carne o sinal da aliança, representado na circuncisão. A apresentação da criança não substitui o batismo, pois não é pacto, não tem sinal da aliança com Deus.

O tema do Batismo Infantil traz diante de nós a questão que temos como desafio: dar prioridade e dignidade ao ministério com as nossas crianças, no sentido mais amplo do termo. Não apenas as crianças de nossas igrejas locais, mas as crianças de nosso bairro, as crianças empobrecidas e as que cometem ato infracional.

Não devemos nos ater a discussões vazias sobre a espiritualidade e direito à vida em Cristo das crianças. O sentido de nossas reflexões deve ser orientado para o princípio de que acreditamos que as crianças, como nós, são pessoas com sentimentos e raciocínio e que podem experimentar a vida cristã desde sua condição. Não devemos ser instrumento de impedimento das crianças de se acercarem a Jesus, ao contrário.

O espaço geográfico, a preparação de pessoas, a compra de materiais específicos para preparação de pais e padrinhos para o Batismo são ausências frequentes na vida de muitas de nossas igrejas hoje. Sabemos das dificuldades que algumas igrejas têm para implementar um programa específico direcionado às crianças, mas cremos que esta é uma prioridade e devemos usar de criatividade e boa vontade para alcançar um espaço de plena participação da criança na vida cúlta e no exercício de sua espiritualidade.

Nossas igrejas precisam ser um espaço onde as crianças possam ser acolhidas, com diferentes programas sem discriminá-las segundo sua condição social ou credo de fé. Nossas igrejas devem também reconhecer e apoiar programas de discussão e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, por ser o instrumento do exercício da cidadania de nossas crianças.

Deus nos ajude a refletir com sabedoria sobre esses temas e a exercer a fé na sua mais bela manifestação que é o amor e respeito entre os irmãos e irmãs. Saibamos reconhecer nas nossas práticas e rituais a beleza do símbolo, sem nos aprisionarmos em sentidos secundários.

CEIA DO SENHOR

DA CEIA DO SENHOR

O alimento: refeição comunitária

O Colégio Episcopal da Igreja Metodista, ciente de que os momentos eclesiais que o povo metodista vive são inspiração para sua vida, apresenta esta reflexão como instrumento de estudo e orientação para a prática da espiritualidade metodista hoje no que diz respeito à celebração da Ceia do Senhor.

Em conformidade com o ensino de João Wesley, em seus *Vinte e Cinco Artigos de Religião*, item 18: “A Ceia do Senhor não é somente um sinal do amor que os cristãos devem ter uns para com os outros, mas antes é um sacramento da nossa redenção pela morte de Cristo, de sorte que, para quem reta, dignamente e com fé o recebe, o pão que partimos é a participação do corpo de Cristo, como também o cálice de bênção é a participação do sangue de Cristo.

A transubstanciação ou a mudança de substância do pão e do vinho na Ceia do Senhor não se pode provar pelas Santas Escrituras e é contrária às suas terminantes palavras; destrói

a natureza de um sacramento e tem dado motivo a muitas superstições. O Corpo de Cristo é dado, recebido e comido na Ceia, somente de modo espiritual. O meio pelo qual é recebido e comido o corpo de Cristo na Ceia é a fé. *O sacramento da Ceia do Senhor não era, por ordenação de Cristo, custodiado, levado em procissão, elevado, nem adorado.*”

Confirmamos nosso fundamento bíblico-teológico na afirmação: “Sacramentos são meios de Graça instituídos por nosso Senhor Jesus Cristo, sinais visíveis da graça invisível do Espírito Santo na vida dos crentes e são: o Batismo e a Ceia do Senhor” (Cânones 92, cap. 4, art. 8). “A Ceia do Senhor é o sinal de nossa redenção e o memorial perpétuo de sua paixão e morte. Nos elementos da Ceia, Cristo se dá aos que são seus, renovando a comunhão de amor da nova aliança” (Cânones 92, cap. 4, art. 11).

A Ceia ou a Comunhão é uma das experiências mais ricas vividas na comunidade cristã. Ela é expressão concreta do amor de Deus e da experiência de pertencer a uma comunidade: uma comunidade de irmãos e irmãs, a comunidade do povo de Deus.

A Ceia do Senhor é um momento profundamente amplo, fraterno e de comunhão. Sabemos que os seres humanos constroem muros de separação. Nossa sociedade exclui das mesas ora os pobres, ora os negros, ora as mulheres, ora as crianças. Num contexto de vida no qual o alimento se torna motivo de angústia e sofrimento na mesa do povo brasileiro, entendemos ser fundamental que o sentido do repartir o pão seja experiência de partilha e solidariedade.

Assim como o Batismo é um ritual de iniciação na vida cristã e de aliança com Deus, a Ceia do Senhor é a renovação do compromisso com Deus e Seu Reino, experiência insubstituível para o ser cristão. O sentar juntos ou ajoelhar-se, ou comer e compartilhar continua sendo um lugar

qualitativamente vital na manifestação da vida que vem de Deus. Nestes momentos comunitários e profundamente inclusivos, Deus se agradou, e segue agradando-se e fazendo sentir sua presença.

A celebração da Ceia do Senhor aproxima a todos igualmente de Cristo e uns dos outros. Na Mesa do Senhor comemos do mesmo pão, bebemos do mesmo vinho, confessamos a mesma fé e esperança em Jesus: somos irmãos e irmãs! Neste ato celebramos a comunhão com Deus e com os irmãos e irmãs. É um momento de profunda igualdade, unidade, comunhão e espiritualidade.

DA COMPREENSÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA

O sentido para quem come

A Ceia do Senhor está vinculada ao costume da refeição comunitária. Reunir-se para repartir o alimento. Tanto no judaísmo quanto no cristianismo, a refeição comunitária simboliza alianças, recordações e compromissos.

Recordemos, por exemplo, que a Ceia do Senhor é um memorial da celebração da Ceia da Páscoa que Jesus realizou com os discípulos (Lc 22.14-23). No caso da celebração da Páscoa Judaica, o que iniciava o ritual era uma pergunta feita por uma criança: "... que ritual é este?" (Êx 12.25-27). Assim, era celebrada a Páscoa, família por família, recordando a libertação do jugo do Faraó. Ninguém era excluído, pelo contrário, se a família era pequena, devia convidar os vizinhos (Êx 12.3-5).

A experiência da Ceia do Senhor é o momento quando obedecemos a ordem de Jesus de repetirmos a refeição da última Ceia de Páscoa. Um encontro de comunhão, amizade, e intimidade de Jesus com os discípulos: "E, tomando um pão, tendo dado graças, o partiu e lhes deu, dizendo: Isto é o meu corpo oferecido por vós; fazei isto em memória de mim" (Lc 22.19).

No judaísmo dos tempos de Jesus, estas exclusões eram muito flagrantes: mulheres no período de menstruação eram

impuras; doentes eram considerados impuros; samaritanos, gentios e os que exerciam determinadas profissões, como curtidores, cambistas e outras eram considerados impuros. Nesse sentido é que a Ceia do Senhor tornou-se uma celebração inclusiva: o próprio traidor pôde dela participar; os discípulos eram dos segmentos mais pobres e menos nobres da sociedade judaica.

Com o passar do tempo, indo a Igreja ao mundo gentílico, o momento da Ceia do Senhor tornou-se um espaço de todos que celebravam e criam em Jesus como Senhor e Salvador. Não havia ninguém para classificar quem era puro ou impuro, o critério de inclusão era pessoal, conforme instruiu Paulo: “Examine-se pois o homem (e a mulher) a si mesmo, e assim coma do pão, e beba do cálice...” (1Co 11.28). Neste sentido, podemos afirmar que as famílias participavam juntas, inclusive as crianças. Nesta direção reconhecemos que as crianças na Igreja Primitiva recebiam instrução sobre o ato de que estavam participando.

A partir do testemunho de como era a vida da comunidade cristã, relatada em Atos 2.42-47, podemos dizer que a Mesa do Senhor e a vida de qualquer comunidade cristã são sustentadas por quatro pés:

- a. *Partilha do pão* (a própria Ceia do Senhor): Perseveravam no partir do pão.
- b. *Partilha da Palavra*: Perseveravam na doutrina dos apóstolos.
- c. *Comunhão de bens* (*Koinonia*): Perseveravam na comunhão, indo ao ponto de terem tudo (inclusive bens) em comum. Também Atos 4.32-37 afirma que tudo entre eles era comum. Devemos ver também as “coletas” em Atos 11.29 e 2 Coríntios 8 e 9.
- d. *Eram assíduos à oração*: Perseveravam nas orações. Oração cristã que pede que se realize a vontade de Deus (“Venha o teu Reino, seja feita a Tua vontade”) e não que apenas nos livre do mal.

Nesta Ceia do Senhor, portanto, recordamos toda a vida de Jesus entre nós. Recordamos sua Palavra, sua morte na cruz e sua ressurreição. Recordamos sua promessa de que iria preparar lugar para nós na casa do Pai, e também a promessa de que não ficaríamos órfãos ou órfãs, pois seria derramado sobre toda Igreja e sobre toda a carne, o Espírito Santo, que consolaria, fortaleceria, edificaria, e guiaria a Igreja de Jesus. Na Ceia do Senhor, o pão e o vinho simbolizam seu corpo e sangue. Mas, juntos, são o cálice da salvação com o qual festejamos e celebramos a vitória do Salvador Jesus que venceu definitivamente a morte. É um aperitivo do banquete messiânico! (Lc 22.28-30; Mt 26.29).

O sentido para o convite

As palavras de Jesus acerca do Reino no momento da Ceia, dão um conteúdo profético e escatológico a nossa celebração. Ele afirmou: "Pois vos digo que nunca mais a comerei, até que ela se cumpra no Reino de Deus." "...pois vos digo que, de agora em diante, não mais beberei do fruto da videira, até que venha o Reino de Deus" (Lc 22.16,18). Assim, como cristãos e cristãs, cremos, também, que esta Ceia irá realizar-se em definitivo no momento escatológico (no futuro de Deus), após a segunda vinda de Jesus, na plenitude do Reino de Deus, quando veremos Deus face a face e cearemos com todos os filhos e todas as filhas de Deus no chamado banquete messiânico.

Deste modo, Deus se agrada desta celebração por ser o restabelecimento do sonho inicial da criação: todos os seus filhos e filhas juntos na presença de Deus. Este caráter escatológico da Ceia do Senhor foi anunciado antes da última Ceia de Jesus com os discípulos, por meio da Parábola da Grande Ceia (Lc 14.15-24). No coroamento do Reinado de

Deus, na ceia da humanidade, na plena concretização da justiça, o banquete messiânico, já mencionado, cumpre um papel simbólico, onde a aliança é reconstruída e o jugo do pecado e da morte é quebrado: "Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue, que é derramado por vós" (Lc 22.20).

Entendemos a Ceia do Senhor como prosseguimento da Aliança com Deus, em uma nova expressão, onde o pecado é superado, caminhando-se para uma nova ordem de justiça. A importância de sublinhar tal fato está no sentido histórico e na conseqüente ação de Deus. A maior parte das interpretações que lemos no texto se volta para o passado, o que, sem dúvida, é importante. Mas o sentido de uma Nova Aliança se lança no futuro, significando que Deus, a partir da experiência da Ceia do Senhor na comunidade, se dispõe sempre a recomençar uma nova caminhada de libertação, de superação do jugo que aprisiona e que impede que a Aliança de justiça se cumpra, pois junto à Aliança vem um código, uma lei de justiça, a qual está expressa no Evangelho.

Precisamos cada vez mais adquirir uma compreensão dinâmica da Aliança em Cristo, pois foi feita em sangue. Portanto, mesmo que não estejamos lembrados, Deus sempre nos recorda do sacrifício de seu Filho Jesus. Do mesmo modo, lembramos dos que, no decorrer da história, seguindo o exemplo de Jesus, foram sacrificados por amor a Deus, a seus irmãos e irmãs. O sangue de Jesus, ao ser derramado, traça um rastro de justiça para o futuro. Dando o sinal de que a Aliança está feita e a luta continua, o importante é: Deus está conosco. Jesus está presente. Este é o grande anúncio da Nova Aliança na experiência da comunhão do corpo e do sangue de Jesus. Símbolo da Nova Aliança, a presença de Jesus é atualizada e sublinhada.

A partir do pão e sua partilha (distribuição) a todos os que crêem, cria-se na comunidade um desafio. Jesus partilhou seu

amor e perdão. E foi tão sério seu compromisso que Ele se dispôs a dar sua vida. Quando Jesus foi ameaçado para calar-se sobre o seu amor por nós, preferiu obedecer ao Pai, mesmo sabendo dos riscos que tal decisão implicaria: Jesus nos amou apesar da ameaça da cruz; Jesus nos amou ao ponto de morrer por isso, ao ponto de morrer por nós.

Isto traz para todos os cristãos e cristãs um dever: a tarefa de imitarmos Jesus também nisto. Deus terá sempre uma resposta positiva de envio (ide, amai, servi, evangelizai, etc.) toda vez que nos perguntamos: O que eu tenho para partilhar com o povo? A Mesa da qual participamos é rica em graça, amor e fé. Será que nós, ao participarmos desta Mesa, vamos alimentar tão somente a nossa própria fé? Ou, de fato, a Mesa do Senhor, ao nos fortalecer, dá a cada um de nós a capacidade de partilhar algo do muito que já recebeu?

Sim, participar da Mesa é partilhar o amor de Deus, que não pode esgotar-se em si mesmo; precisa ser partilhado com os outros.

O sentido para o repartir

Vivemos num país onde milhares não têm o que comer. Muito menos uma mesa para sentarem-se em torno dela e desfrutarem dos bens e frutos da terra, dádivas de Deus a toda criação. Muitos não têm trabalho, não têm terra para plantar, nem casa para morar.

Por isso, a Ceia do Senhor ao ser um espaço democrático e aberto, onde o pão e o vinho são servidos de graça (embora em porções simbólicas), produz por si mesmo um ato de denúncia que deveria ser explorado e aprofundado por todos os cristãos. Ali, ofereceremos de graça o que a sociedade, discriminatória e cruelmente, tem negado a muitos: o pão!

Por outro lado, a Ceia do Senhor deve soar em nossos ouvidos como uma denúncia contra os muros que construí-

mos entre nós. Sejam os muros sociais, sejam os muros de idade ou mesmo os de maneira de pensar (doutrinários, ideológicos, políticos, etc.). Diante da Mesa do Senhor somos todos iguais, ou seja, pobres pecadores e pecadoras carentes da graça salvadora de Deus em Cristo.

A Ceia do Senhor, além de denunciar as desigualdades e injustiças, propõe à igreja e ao mundo que ambos sejam um grande altar de comunhão, onde honramos a Deus com nossa fraternidade, amor e justiça. Só assim será possível que todos tenham garantidos o pão, a educação, a moradia, o trabalho, a saúde, a liberdade e a vida, entre outros.

DOS COSTUMES NA VIDA DA IGREJA

Prática de partilha e solidariedade

A Ceia do Senhor foi instituída por Jesus. João Wesley, por sua vez, recomendou a Ceia do Senhor como parte fundamental do culto cristão. Deve ser celebrada com a devida freqüência, sobretudo pelo que ela representa, ou seja, a recordação e a atualização da presença e da Palavra de Jesus, bem como da Missão da Igreja.

A Ceia do Senhor deve ser precedida de um momento profundo de contrição, arrependimento e confissão de pecados, mesmo que já tenhamos, como é de nossa prática, no momento apropriado do culto ou em nossos momentos particulares de oração, confessado nossos pecados individualmente a Deus. Essa atitude de oração, abertura e acolhimento da presença de Deus deve permanecer também durante toda a celebração e nossa participação à Mesa do Senhor.

A Ceia não deve ser tomada se nós não estivermos conscientes de que realmente estamos arrependidos e arrependidas de nossos pecados e que os tenhamos confessado a Deus. Sobre isto, o Apóstolo Paulo nos diz: "Por isso, aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma do pão e beba do cálice; pois quem come e bebe, sem discernir o corpo, come e bebe juízo para si" (1Co 11.27-29).

Se, por um lado a Mesa do Senhor é um tempo de reunião e unidade, ela é também um momento de envio. Na unidade do Corpo de Cristo, os ministérios se convergem e se complementam. O cristão, homem ou mulher, alimentado pela graça, é enviado ao mundo, em serviço. O dom e a prática do ministério fortalecem-se pela oração comunitária, pela partilha da Palavra, pela Comunhão do pão e do vinho. Cristo e a comunidade reafirmam a unidade e a força da graça. Sim, e no poder da graça, são enviados. Sem a visão da Mesa do Senhor, a Igreja torna seu testemunho ineficaz e sem unidade. A sua espiritualidade tende a secar-se no interior dos templos. “Que todos sejam um!” O objetivo da evangelização é tornar Deus o Pai Salvador de todas as pessoas e de todos os povos, pois, se as pessoas são filhas de Deus, forçosamente terão de ser irmãos e irmãs.

A Mesa do Senhor implica pessoas chamadas e, em seguida, comissionadas por Deus. A Mesa do Senhor é, assim, uma atualização, uma rememoração do nosso chamado, da Missão. E é pela Missão e através dela que Cristo se faz presente. A Missão é pois lugar de unidade, de fortalecimento, de serviço, de doação. A Mesa do Senhor não é, portanto, um convite para nos separarmos das pessoas e do povo ao qual somos chamados a servir.

Na verdade, a Mesa do Senhor é um comissionamento sob a graça de Deus: “Agora ide a todo mundo e pregai o Evangelho!”. “A Ceia implica que tudo (bens, templos, recursos, leis, saber, costumes, cultura, etc.) deve estar a serviço da missão ao povo, dirigido às pessoas, e em função da vida e do Evangelho. Esses são os objetivos da comunidade da fé, da comunidade do Senhor, de todos os que em dois ou três se reúnem, em nome de Cristo.”

Certos de que esta pastoral será de grande bênção e edificação para o povo chamado Metodista, manifestamos nossa oração em favor desta “Comunidade Missionária a Serviço do Povo”.

ORIENTAÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO

O sentido da Ceia do Senhor, uma vez considerados os elementos abordados nesta pastoral, pode ser experimentado a partir das práticas em nossas igrejas locais. Vendo desta maneira, nós, bispos da Igreja Metodista, recomendamos os seguintes procedimentos pastorais de orientação ao povo de Deus:

1. A Ceia do Senhor será celebrada pelo menos uma vez por mês. Em nenhuma hipótese a comunidade de fé abandonará a experiência profunda da participação da Mesa do Senhor.
2. A criança, como herdeira do Reino de Deus, deve participar da Ceia do Senhor, preferencialmente junto com seus pais, outros familiares, membros da Igreja, ou acompanhada pelas pessoas responsáveis por sua formação cristã, depois de ter sido orientada pelos mesmos sobre a relevância da celebração e o seu significado.
3. Os pastores e pastoras metodistas orientarão aos pais e demais membros da comunidade local para que instruam seus filhos e filhas acerca do significado e natureza da Ceia do Senhor.
4. A celebração da Ceia do Senhor será sempre antecipada de anúncios prévios, nos quais o povo de Deus será advertido do significado do ato, assim como estimulado ao jejum e oração neste dia.

5. Em nenhuma hipótese a celebração da Ceia do Senhor será feita a portas fechadas, tampouco negada a qualquer visitante, seja qual for a origem cristã dele ou dela. Nós, Metodistas, afirmamos que a Mesa é do Senhor da Igreja. Sendo assim, todos aqueles e aquelas que crerem em Jesus e estiverem arrependidos e arrependidas de seus pecados estarão aptos a participar da Mesa do Senhor.
6. A Ceia do Senhor será celebrada de acordo com o Ritual estabelecido pela Igreja. Por motivo de força maior, a juízo do ministro oficiante, o ritual poderá ser alterado, preservando-se na liturgia, contudo, as partes referentes à confissão de pecados, declaração do perdão divino e consagração dos elementos do pão e do vinho.
7. No contexto de Dons e Ministérios, o pastor ou pastora deverá convidar membros leigos e leigas para ajudar na ministração dos elementos da Ceia do Senhor. Tais convites devem ser feitos com antecedência, tendo-se o cuidado de escolher entre os membros de comprovada idoneidade cristã, preferencialmente de ambos os sexos.
8. Quando não for possível ao pastor ou pastora, leigos e leigas podem levar a Santa Ceia aos doentes e idosos que não podem ir ao templo, desde que os elementos da Ceia sejam consagrados pelo pastor ou pastora.
9. A Ceia do Senhor somente será ministrada em domicílio em celebrações familiares especiais, mas nunca como um substitutivo à celebração nos cultos regulares.
10. A Ceia do Senhor será ministrada àquelas pessoas que estejam em comunhão com as suas Igrejas.
11. O pastor ou pastora metodista não poderá negar a Ceia do Senhor a qualquer pessoa que se aproximar da Mesa de Comunhão.
12. Os elementos da Ceia do Senhor serão preparados por membros da igreja devidamente designados de acordo com o Regimento da Igreja Local.

13. Os elementos da Ceia do Senhor que sobrarem após a celebração terão um fim discreto, a juízo das pessoas encarregadas de sua preparação, assim evitando-se atitudes de relaxamento, desleixo ou irreverência com tais sobras.
14. O pastor ou pastora metodista, ou instância local da Igreja não poderá suspender da Ceia do Senhor qualquer membro da Igreja, a não ser por meio de processo disciplinar, na forma canônica.

BÍBLIA

- nº 1 – Instrumento para o estudo da Bíblia
- nº 2 – Pelos Frutos os Conheceréis

CELEBRAÇÕES

- nº 1 – Natal, cantos e contos

DOCUMENTOS

- nº 1 – Plano para Vida e Missão da Igreja
- nº 2 – Eleições 1994
- nº 3 – Relatório do Colégio Episcopal
- nº 4 – Plano Nacional: Ênfases e Diretrizes
& Mensagem da Igreja Metodista à Nação Brasileira
- nº 5 – Eleições 1998
- nº 6 – Manual de Disciplina
- nº 7 – Código de Ética Pastoral
- nº 8 – Dízimo
- nº 9 – Diretrizes Pastorais: Ação Missionária Indigenista
- nº 10 – Credo Social
- nº 11 – Diretrizes para a Ação Missionária na Questão da Terra
- nº 12 – Plano Nacional: Objetivos e Metas

METODISMO

- nº 1 – As Marcas Básicas da Identidade Metodista
- nº 2 – Missão, Organização e Agentes do Metodismo
- nº 3 – O Caminho do Discipulado: de Jesus a nós

MINISTÉRIOS

- nº 1 – Os Juvenis: Descobrindo um Grupo de Jovens
- nº 2 – AIDS: Desafio Pastoral e Solidariedade
- nº 3 – Estive Preso e Fostes Ver-me
(Manual Prático para o Ministério Cristão Carcerário)
- nº 4 – Afetividade e Sexualidade

PASTORAIS

- nº 1 – Carta Pastoral sobre o Batismo
- nº 2 – Carta Pastoral sobre a Ceia do Senhor
- nº 3 – Carta Pastoral sobre Sexualidade
- nº 4 – Carta Pastoral sobre Ecumenismo
- nº 5 – Carta Pastoral sobre a Aliança com Deus
- nº 6 – Carta Pastoral sobre a Maçonaria
- nº 7 – Carta Pastoral sobre Jejum: o caminho da disciplina
- nº 8 – Carta Pastoral sobre os Sacramentos
- nº 9 – Carta Pastoral sobre Dons e Ministérios